

**HOMENS DE NEGÓCIO: A INTERIORIZAÇÃO DA METRÓPOLE E DO
COMÉRCIO NAS MINAS SETECENTISTAS***
(São Paulo: Hucitec, 1999, 289p., 21cm.)**

*Janaina Rodrigues Pitas****

RESUMO:

“Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas” é fruto da tese de doutorado, defendida pela professora Júnia Ferreira Furtado, adjunta do Departamento de História Social da USP. Ela também é autora dos livros da ‘capa verde’: “A vida do Distrito Diamantino no período da Real Extração”; “Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito e organizadora de diálogos oceânicos”; “Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português”. Em ‘Homens de negócio’ a historiadora coloca como objeto de estudo o comércio e os comerciantes nas Minas durante o século XVIII, nos revelando os braços do poder metropolitano, os quais, inseriram na sociedade colonial alguns paradigmas, a fim de formá-la e controlá-la. Atuando através de diversas abordagens: direito público (institucional) e privado (práticas cotidianas), essa obra tece as relações entre colônia e metrópole, apresenta antagonismos e singularidades, fatos que denotam os aspectos de afirmação de uma sociedade nascente, pois, ao mesmo tempo em que a colônia recebia de Portugal elementos culturais na constituição da sua identidade, ela resistia por meio de certos grupos e estruturas sociais peculiares, e também sofria com a disseminação da política autoritária e repressiva.

ABSTRACT:

“Businessmen: the interiorizing of metropolis and trade in the seventeenth-century Minas” is the product of Doctorate thesis by Professor Júnia Ferreira Furtado, adjunct to the Social History Department of USP. She is also the author of “green cover” books “Life in the Diamantino District at the time of the Royal Mining” and “Chica da Silva and the diamond contractor: the other side of the myth” and organizer of the oceanic dialogs “Minas Gerais and the new approaches to a history of the Ultramarine Portuguese Empire”.

In “Businessmen”, the historian’s study subject is trading and traders in the Minas area during the eighteenth century, revealing the arms of the metropolitan power which inserted paradigms into the colonial society in order to form and control it. Working through several approaches – public law (institutional) and private law (daily practices) – this work shows the relationships between the colony and the metropolis, presents antagonisms and singularities, facts which denote the affirmation aspects of a rising society, for, at the same time as it received from Portugal cultural elements for the constitution of its identity, it resisted through certain groups and peculiar social structures and also suffered with the dissemination of the authoritarian and repressive policy.

A autora dividiu essas idéias em quatro capítulos: Fidalgos e Lacaios; O Fio da Narrativa; As Minas Endemoniadas; e Negociantes e Caixeiros. No primeiro capítulo ela analisa o aparecimento e inserção dos cristãos-novos, comerciantes, na metrópole e colônia; além disso, observa a forte relação dos judeus com o sistema financeiro e a opressão religiosa a que esses foram submetidos. Também, nos lembra que a Coroa, paulatinamente, aliciava-se aos novos convertidos no intento de reerguer-se economicamente; adicionalmente, o processo de inserção dos homens de negócios se dava pela compra de títulos nobiliárquicos e pelo ingresso nas Ordens Religiosas.

* FURTADO, Júnia Ferreira (Autora da obra).

** A obra aqui resenhada foi elaborada para um trabalho acadêmico em História do Brasil II, no ano de 2005, ministrada pela Professora Dra. Enezila de Lima, na Universidade Estadual de Londrina.

*** Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina. Aluna do Curso de Especialização em História Social pela mesma instituição - E-mail: janahistoria@pop.com.br jpitas@filadelfia.br

Visualizamos tais fatos ao analisar as correspondências de Francisco Pinheiro, comerciante, analfabeto, que entrara na Ordem dos Cavaleiros de Cristo, aspecto que significava prestígio na sociedade portuguesa, a qual estava embasada sobre uma mentalidade de tradições. E isso se expressava através do Triunfo Eucarístico nas Minas, uma esfera em que se representava a posição social do indivíduo através da ostentação e insígnias de poder, aspectos de uma sociedade hierarquizada.

Nesse período, tínhamos a ambivalência na Companhia Geral de Comércio, que decorria, ora pela discriminação conduzida pela Inquisição em relação aos negociantes, ora pela possibilidade de que esses cidadãos promovessem o desenvolvimento econômico.

Uma política de integração efetiva, que se tornou possível no governo do Marquês de Pombal, que teve a clareza da importância do capital judaico. Pombal, ao reorganizar a máquina administrativa, procurou parcerias para obter maior controle sobre a colônia, por meio dos próprios comerciantes, visto que o comércio era um importante mecanismo de interiorização da metrópole na colônia. Dessa forma, a Coroa utilizava-se dos homens de negócio no intento de estender o seu poder aos lugares mais distantes, em especial, no auge aurífero das Minas; ou seja, as cadeias informais de poder real que se estendiam pelo comércio tinham o papel de garantir na colônia a subsistência da população, a penetração em lugares distantes e a cobrança de tributos, mesmo que indiretamente.

Outro fator, de suma importância para estabelecer o domínio administrativo foi a distribuição de cargos e favores, um universo político de redes clientelares, 'a economia do dom', em que fazia parte das práticas formais e informais do poder da Coroa escalonar a sociedade colonial em hierarquias. Contudo, ocorria uma incompatibilidade de interesses entre a Coroa e os seus subordinados, pois imiscuía-se o 'público' no 'privado'. Na 'economia do dom' muitas vezes a vontade particular suplantava os interesses públicos. Observamos que essa relação apresentava as singularidades da colônia e a penetração das idéias vindas de Portugal, implicando, respectivamente, na insubmissão e submissão dos colonos.

O segundo capítulo destaca o uso das correspondências nas atividades mercantis, "pontes" entre o velho e o novo mundo, as quais, forneciam trocas de informações que poderiam culminar na prosperidade comercial portuguesa. Embora a palavra escrita ganhasse maiores proporções, a oralidade, ainda, tinha seu peso nas relações de confiança (familiares); era uma questão de honra cumprir os acordos firmados através da palavra. Somente a partir dos empreendimentos da política pombalina, que buscavam a ordenação dos negócios mercantis, tivemos o aprimoramento do uso da escrita nos treinamentos para comerciantes, métodos eficazes na escrituração e na organização comercial. O avanço do comércio ocasionava mudanças na percepção do tempo; concomitantemente, tínhamos o tempo de Deus e o tempo do mercador; nesse último, era o lucro quem ditava aos homens de negócios o uso apropriado do tempo. As correspondências e a abertura de novas rotas terrestres eram auxiliares nesse processo, pois difundiam novas concepções de valores, reproduzindo novas relações sociais.

O terceiro capítulo da obra aqui resenhada busca conhecer como se deu a formação populacional nas Minas a partir da descoberta do ouro; sendo um sistema agrícola e escravista comportava e recebia continuamente as correntes migratórias, as quais, necessitavam de medidas restritivas, pois temia-se que ocorresse despovoamento nas outras regiões. Vinham para as Minas:

paulistas, judeus, ciganos, portugueses, entre outros. Alguns considerados como insubmissos, mas que, convenientemente para o reino, adentravam o sertão e as Minas. O impacto desse fato na estrutura social provocava: casamentos tardios, crianças ilegítimas, miscigenações, famílias extensas, muitos homens que permaneciam solteiros por conta do fato da atividade mineradora ser transitória, além da falta de mulheres brancas e livres, culminando em um mosaico cultural.

É possível verificar nos autos, os esforços da Igreja para moralizar o comportamento daquela população; as Devassas registravam inúmeros delitos, como o concubinato. Novamente o aspecto que reforçava esse controle mútuo era o grande valor dado à palavra, já que a maioria dos colonos era constituída por analfabetos; sendo assim, as denúncias faziam-se pelo “ouvi dizer” de outros.

Os movimentos violentos eram freqüentes nas Minas; algumas pessoas como o Conde Assumar, atribuíam ao clima quente a razão para as inúmeras tensões. A rebeldia, de difícil controle pelas autoridades, se devia, em parte, pela grande mobilidade da população; homens acostumados a viver sem lei, dispostos a tudo, sem nada ou pouco a perder. Por diversas vezes a formação corporativa da autoridade era composta de soldados, sem muitas opções de sobrevivência, aliciados à criminalidade ou chefiados por potentados que agiam de acordo com seus interesses particulares. Outro aspecto a ser destacado, era a ocorrência de motins de escravos e as desordens entre os mineiros durante a cobrança do quinto, que configuravam o quadro conturbado de resistências nas Minas.

O quarto e último capítulo destaca as atividades comerciais nas Minas, a urbanização, o crescimento do número de profissionais liberais (advogados, boticários, taberneiros, médicos, entre outros ofícios) e dos desclassificados. O processo de formação de redes de abastecimento interno, em especial a agricultura de alimentos, a pecuária e os engenhos de açúcar, aspectos de produção que eram complementados com as mercadorias importadas, necessárias aos mineiros.

A tributação sobre a comercialização expressava o controle e o interesse da Coroa de expandir-se por variados meios. O comércio realizado pelos cidadãos brancos e ricos era visto pela metrópole com bons olhos, enquanto que, os realizados pelos mascates e negras de tabuleiros eram tidos como vetores da desordem. O abastecimento de carne, fiscalizado constantemente por ser um produto de grande demanda, era a principal fonte de impostos. Os medicamentos, a carne de frango e a ‘água ardente’ sofreram, também, uma especial vigilância, pois concorriam para o lucro e para a ordem social.

Houve ainda, cuidados metropolitanos em relação à nomeação dos cargos administrativos na colônia, a fim de que os interesses do Reino coincidissem com os dos seus representantes; sendo assim, o poder do rei não era pulverizado. Contudo, de início somente os “homens bons”, ricos e brancos podiam nomear os vereadores. Eram os pertencentes à elite, proprietários de terras e escravos (garantias de status social), diferenciavam-se dos demais por não exercerem atividades manuais, uma vez que os ofícios mecânicos eram “desqualificados”. O avultamento dos negócios tornava a distinção dos cidadãos pelas suas posses imprescindível, conflitando, assim, com a valorização através de laços nobiliárquicos e hierárquicos.

Os cristãos-novos, no intento de controlar o comércio estabeleciam entre seus familiares redes corporativas visando estender e fortalecer suas relações mercantis. A abertura de

rotas terrestres e o comércio dos escravos foram fatores importantes nesse período de expansão das fronteiras, em que se almeja perpetuar a manutenção de um sistema rendoso e uma pequena camada social compartilhava os interesses metropolitanos: os homens de negócios.

Podemos dizer que o descobrimento do ouro nas Minas no final do século XVII, estimulou o crescimento do número de rotas comerciais, e que o processo de interiorização promovido pela metrópole na colônia revelou o papel do comerciante, já que esse, ao se estabelecer na “nova terra” estendia, nas suas relações, o poder da Coroa; mas também interagiu com as necessidades dos colonos.

A expansão comercial, em decorrência do aumento na demanda de produtos, necessitou de precisão nos cálculos a fim de que se garantisse o lucro. Associado a isso, tivemos a revolução comercial que ocorria a partir da criação de novas rotas de comércio, sistemas de transporte, armazenamento, distribuição de mercados e comunicação mais eficientes. Cartas comerciais eram veículos de reprodução do poder na colônia, além de movimentos não institucionais, e leituras culturais realizadas por várias camadas sociais.

O desenvolvimento da correspondência possibilitou que se conhecesse um pouco da mentalidade em transição, da Medieval para a Moderna, que permeava aquela sociedade. Em específico, a autora estudou a correspondência de Francisco Pinheiro, homem de negócios, português. Utilizou-se de documentos que permitiram conhecer as relações desse personagem com os comerciantes nas Minas; os correspondentes estavam compreendidos entre familiares, negociantes e compadrios. Outras fontes de estudo foram os livros de Devassas das Visitações Eclesiásticas no século XVIII nas Minas, que relatam os crimes relacionados à heresia judaica.

De acordo com a autora, os aspectos fundamentais entre a Coroa e os comerciantes foram: dominar o mercado de abastecimento, o qual, mantinha a crescente população urbana; concentrar os impostos referentes às atividades comerciais e complementar os ganhos da metrópole, através da tributação dos metais; a utilização de mecanismos em que os comerciantes faziam da dependência dos colonos devido a endividamento uma forma de controle. Sobretudo devemos salientar que o Reino em conjunto com os comerciantes, muitas vezes envolvidos por teias clientelares, forneceram elementos para a formação heterogênea da identidade brasileira, integrando súditos do além-mar ao Império Português, em um processo histórico que compreendia “o súdito fiel e o rebelde colono”.